



SENADO FEDERAL

Comissão de Educação e Cultura
51ª Reunião Extraordinária – 09/09/2024
Resumo da Audiência Pública Interativa

Finalidade: 3ª Audiência do ciclo de audiências públicas para debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2024-2034.

Requerimento relacionado: [REQ 64/2024 - CE](#) (Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 62/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE). [REQ 63/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE, Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 72/2024 - CE](#) (Senador Zequinha Marinho – PODEMOS/PA).

Projeto de lei relacionado: [PL 2614/2024](#) (Câmara dos Deputados)

Participantes: **Alfredo Macedo Gomes**, Reitor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); **Elizabeth Guedes**, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), **Bruno Coimbra**, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), **Fernanda Figueiredo Torres**, Diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); **Claudio Alcides Jacoski**, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC).

Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)

Principais tópicos abordados pela convidada:

✓ Destaca que o Plano Nacional de Educação (PNE) é amplamente discutido, mas raramente implementado. A realização de audiências públicas é essencial para envolver diferentes atores na execução do plano decenal, previsto para iniciar no próximo ano, uma vez que houve adiamento.



SENADO FEDERAL

✓ Aborda que um plano nacional sem metas claras, evidências científicas e responsabilização dos atores públicos está fadado ao fracasso, sendo necessária a responsabilização da rede que atua em prol da educação pelas metas não atingidas.

✓ Candidatos à reeleição para Prefeitos e Governadores não cumpriram metas educacionais, especialmente na educação básica e no ensino médio. Necessidade de responsabilizar agentes públicos pelo cumprimento de metas educacionais, com a mesma seriedade dada às metas fiscais.

✓ Falta de definição clara sobre o que é "qualidade" no PNE. A qualidade deve ser entendida como a oferta de uma educação que garanta o aprendizado dos estudantes em todas as etapas, mensurada por avaliações nacionais e internacionais.

✓ Manutenção das medidas de referência internacional é fundamental, pois os padrões educacionais de outros países são mais elevados. É importante não isolar o país das práticas globais em educação.

✓ A equidade deve assegurar que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade. Não deve ser um conceito abstrato, mas um compromisso concreto com a oferta educacional igualitária.

✓ Existe uma discrepância significativa entre o texto enviado pelo Ministério da Educação (MEC) e o aprovado pela Conferência Nacional Extraordinária (Conae). Sendo necessário que o MEC e o próprio Fórum Nacional de Educação (FNE) mantenham a compatibilidade entre as apresentações e ainda que se respeite o documento da Conae para avançar no PNE.

✓ Todo o sistema educacional deve ser baseado em evidências científicas. Tendo os avanços como aliados a educação, incluindo o uso da inteligência artificial, que precisa ser regulado. A internet traz tanto oportunidades quanto desafios. É crucial que o PNE inclua o uso de tecnologias a serviço da educação, considerando a diversidade e as dificuldades regionais do Brasil, como o interior da Amazônia, onde as condições de estudo são muito diferentes das grandes cidades, com salas multisseriadas e dificuldades de acesso.

✓ A realidade educacional precisa ser ajustada para essas áreas. A educação deve estar conectada à cultura do trabalho, empreendedorismo e vida social. Muitos estudantes concluem a escola sem habilidades essenciais, contribuindo para o desemprego e o atraso social. A educação é a principal alavanca legítima para o desenvolvimento social. Muitos jovens estão mais interessados em se tornarem influenciadores digitais, negligenciando o progresso real que advém do aprendizado e comprometimento.

✓ O PNE prevê a alfabetização até o segundo ano, mas deveria ocorrer no primeiro ano. Ajustar políticas para facilitar a avaliação prejudica o desenvolvimento infantil.

✓ Os professores devem ser avaliados de forma prática, com critérios rigorosos para admissão na rede pública. A meritocracia deve ser aplicada, oferecendo melhores remunerações para aqueles que alcançam bons resultados. A avaliação das licenciaturas



SENADO FEDERAL

deve ser anual e censitária para evitar que instituições de má qualidade formem professores inadequados para a rede pública. Formação continuada é essencial; professores não devem ser deixados sem treinamento após a primeira avaliação. Apoio contínuo é necessário para garantir melhorias na qualidade do ensino.

✓ Escolas devem promover uma cultura de paz, tolerância e respeito. Ambientes de violência e desrespeito, como casos recentes de suicídio por bullying, são inaceitáveis. A falta de ação contra a violência nas escolas deve resultar em punição para os responsáveis.

✓ As metas para os professores precisam ser claras e objetivas, dado que a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), não é suficiente para melhoria do desempenho dos professores, já que não há consequências práticas e claras.

✓ O PNE prevê a aplicação de 10% do PIB na educação. Apesar da dificuldade, é uma medida essencial garantir a correta aplicação dos recursos e a responsabilização por obras inacabadas se faz fundamental. O PNE deveria concentrar-se em três ou quatro metas prioritárias que sejam factíveis, com foco em resultados práticos e efetivos para a melhoria da educação no Brasil.

Bruno Coimbra, Diretor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ A ABMES centrou sua análise em quatro pontos principais do PNE (itens 13, 14, 15 e 16), destacando a importância de metas objetivas e mecanismos claros para alcançá-las. A expectativa é que o Parlamento faça um trabalho diferente do plano anterior.

✓ Importância de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos de graduação. Necessidade de uma eventual reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e do Programa Universidade para Todos - ProUni, além do fortalecimento da filantropia educacional para ampliar e aprimorar o acesso ao ensino superior. O PNE deve ser um espaço para discutir a tributação e seu impacto na sustentabilidade das instituições de ensino, garantindo que seja neutra para não prejudicar o acesso e a permanência dos estudantes.

✓ A reformatação do FIES se faz necessária para aumentar o número de estudantes no ensino superior. O Prouni é uma grande vitória ao ser incorporado à Constituição.



SENADO FEDERAL

✓ Item 13 - É fundamental que o PNE tenha objetivos claros para permitir que a sociedade acompanhe e avalie o cumprimento das metas durante os dez anos de vigência do plano.

✓ Item 14 - A qualidade do ensino superior é um desafio que exige uma atuação clara e coordenada entre reguladores, instituições, sociedade e estudantes, assegurando que os alunos possam contribuir para a transformação social após a formatura.

✓ Item 14 - Necessidade de reformular os instrumentos de avaliação para cursos presenciais e a distância (EAD), aprimorando o Enade para refletir melhor a qualidade das instituições e dos cursos. Importância de desenvolver indicadores que reconheçam a diversidade das instituições de ensino, respeitando as particularidades de cada uma, e incentivando a inovação.

✓ Item 14 - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE), propõe a reformulação da pós-graduação *stricto sensu* para garantir que professores do ensino superior possuam mestrado e doutorado, atendendo à demanda por profissionais qualificados.

✓ Meta 15 do PNE: Necessidade de métricas objetivas e simples para monitorar o progresso, garantindo que as metas sejam alcançadas de forma colaborativa e eficiente ao longo dos dez anos.

✓ Meta 16 - aborda a formação dos profissionais de educação, incluindo a proposta de um Enade anual para professores e a implementação da Resolução nº 4/2024, que substitui as anteriores (2/2015 e 2/2019).

✓ Implementação da Resolução nº 4/2024. Apesar dos desafios, é possível aplicar a nova resolução adequadamente com esforço conjunto. O impacto da demora na implementação das resoluções afetou o planejamento pedagógico das instituições de ensino, principalmente na formação de professores. Espera-se que a Resolução nº 4/2024 facilite o aprimoramento das competências dos profissionais de educação.

✓ A política de alfabetização na idade certa, liderada pelo Ministro Camilo Santana, visa melhorar a qualidade da educação básica, o que terá um impacto positivo em toda a cadeia educacional, do ensino básico ao superior

✓ A Abmes está comprometida com o foco nas quatro metas principais discutidas, buscando métricas claras para avaliar o progresso ao longo dos próximos dez anos. Espera-se que durante a implementação do PNE, seja possível fazer ajustes e monitorar o progresso, garantindo que as metas sejam cumpridas e a "casa seja arrumada" ao longo do caminho.

✓ Reconhecimento da importância das discussões realizadas na Conae e espera que o Parlamento utilize essas contribuições para que o PL 2.614 traga resultados concretos que, em dez anos, os objetivos sejam celebrados.

✓ A coordenação nacional do PNE é essencial para acompanhar o cumprimento das metas, realizar correções de rota e garantir a eficácia das políticas educacionais.



SENADO FEDERAL

- ✓ A educação digital, conectividade nas escolas e a reformulação do Fies, como políticas que circundam o PNE, exigem coordenação adequada para serem implementadas com sucesso.
- ✓ As metas do PNE precisam ser tratadas como impositivas e obrigatórias, para garantir a conexão com as demais políticas públicas e decisões relacionadas à educação, e não como referências secundárias.

Fernanda Figueiredo Torres, Diretora de Relações Institucionais e Governamentais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)

Principais tópicos abordados pela convidada:

- ✓ É também representante dos Institutos Federais (IF), Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, instituições que têm um papel estratégico no desenvolvimento sustentável do país. Atuam na redução de desigualdades sociais, econômicas, culturais e tecnológicas, promovendo inclusão social por meio de uma educação integral e cidadã.
- ✓ A Rede de Institutos Federais abrange desde a educação infantil até a pós-graduação, com mais de 1,5 milhão de matrículas. Eles atuam de forma transversal, abordando todas as áreas do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente na educação profissional.
- ✓ A Rede superou as metas do PNE do decênio 2014-2024. A Meta 10 do PNE estabelece no mínimo 25% das matrículas sejam em educação profissional. A Rede já oferta hoje entre 27% e 30% das matrículas na educação de jovens e adultos. A Meta 11, trata da expansão da educação profissional técnica de nível médio, o objetivo era triplicar as matrículas da educação profissional. A Rede Federal é responsável por mais ou menos 60% de aumento no número de matrículas em cursos técnicos de nível médio.
- ✓ Cerca de 20% das atividades dos Institutos Federais são direcionadas para a formação de professores, uma contribuição essencial para as redes estaduais e municipais de educação.
- ✓ Embora a educação superior não seja o foco principal dos Institutos, eles têm contribuído para a ampliação das matrículas e para a qualificação dos professores em nível de pós-graduação, nos termos da Meta 12.
- ✓ Enfatiza a importância de colocar no novo PNE que a educação garanta a universalização da oferta, reafirmando a educação como uma prioridade nacional.



SENADO FEDERAL

✓ A Rede Federal tem se expandido com a criação de novos campi, mas enfrenta desafios com transporte e alimentação para estudantes em áreas afastadas. A falta de transporte e alimentação adequados afeta a permanência dos estudantes, especialmente em regiões interioranas. Apesar de avanços na construção de refeitórios, são necessários mais investimentos, incluindo a contratação de profissionais de nutrição.

✓ O Conif defende a estruturação e consolidação das atuais unidades antes de realizar novas expansões, garantindo eficiência e cumprimento do papel social.

✓ Até a metade do novo PNE (2025-2035), o objetivo é quadruplicar as matrículas, assegurando transporte, alimentação e ensino de qualidade para os estudantes. O foco da Rede é garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes, especialmente no ensino médio integrado, essencial para a formação técnica e social.

✓ É oferecido milhares de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) pela Rede, mas é necessário qualificar ainda mais os trabalhadores, incluindo políticas para facilitar o acesso das mães trabalhadoras. Proposta de ampliação da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos que não completaram sua formação na idade apropriada. Necessidade de apoio por parte dos institutos federais para auxiliarem esses estudantes em sua formação. Embora cerca de 20% das vagas dos institutos sejam destinadas a esses estudantes, muitos enfrentam dificuldades para permanecer, devido ao trabalho, falta de transporte e cuidados com filhos.

✓ A educação profissional e tecnológica deve ser mais destacada no PNE, pois atravessa todos os níveis de ensino e é essencial para o desenvolvimento do país. O PNE não destaca a importância do uso de tecnologias digitais e da inovação nos cursos profissionais e técnicos, nem como os estudantes podem incorporar essas ferramentas em seu ambiente de trabalho e nas suas aspirações profissionais.

✓ Desde 2016, o orçamento da rede tem sido insuficiente, apesar de algum aumento recente. A rede necessita de pelo menos R\$ 4,7 bilhões para fazer a rede funcionar em sua capacidade total, ofertando cursos e recebendo os estudantes na sua plenitude.

✓ Os Institutos Federais têm cumprido as metas do PNE de 2014-2024 e estão comprometidos em fazer mais para o desenvolvimento do país. A expansão dos Institutos Federais precisa de mais recursos e infraestrutura.

✓ A educação deve ser uma política de Estado, não de governo, com uma atenção diferenciada à educação pública federal e aos Institutos Federais, para garantir a consolidação, expansão e interiorização.

✓ Para o cumprimento das metas, é necessário garantir transporte, alimentação e apoio, especialmente para estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É fundamental também, incentivar a formação de professores.



SENADO FEDERAL

Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC).

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ O PNE é essencial para estabelecer condições focadas na qualidade da educação. As instituições comunitárias de ensino superior, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educacional do Brasil, sem fins lucrativos, como as instituições confessionais e fundacionais, têm uma história importante no fornecimento de educação de qualidade.

✓ A Abruc defende o modelo de instituições comunitárias, reforçando a importância desse segmento na educação básica e superior. Em 2013, a Abruc foi fundamental para a aprovação da Lei 12.881, que reconhece as instituições comunitárias.

✓ O novo PNE deve definir metas claras e estratégias específicas para cada tipo de instituição, de acordo com suas particularidades, oferecendo educação de qualidade desde o ensino básico até o ensino superior, com a formação de professores, e produção de ciência e tecnologia, para contribuir com o desenvolvimento do país.

✓ A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece três categorias administrativas no ensino superior: públicas, privadas e as comunitárias. Essas instituições têm origem em iniciativas do poder público municipal ou como associações e fundações, e com essa característica permite que possuam bens públicos e operem no mercado. Elas ajudam a reduzir custos da educação no país em torno de 1/5 do valor aportado em recurso público, oferecendo um resultado bastante efetivo. Em colaboração com o Inep, a distinção entre instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos, estabelecida recentemente, foi fundamental para entender melhor o papel de cada tipo de instituição na educação brasileira. Isso permitir uma avaliação mais precisa de suas contribuições.

✓ Pelo Censo de 2022, há 1.449 instituições privadas com fins lucrativos e 834 instituições privadas sem fins lucrativos. Entre as instituições privadas sem fins lucrativos, estão incluídas também aquelas que ainda não são associativas ou fundacionais, como empresas limitadas.

✓ Como sugestão, importante que as instituições sem fins lucrativos sejam categorizadas separadamente, incluindo apenas as fundacionais e associativas, o que proporcionaria uma classificação mais precisa.

✓ As instituições públicas são 2.595, contempladas nos níveis federal, estadual e municipal. No que tange à organização acadêmica, há 1.968 faculdades, 381 centros universitários, 205 universidades e 41 CEFETs e institutos federais.



SENADO FEDERAL

✓ Aproximadamente 1,7 milhão de estudantes, ou 18% do total no país, estão matriculados em instituições sem fins lucrativos. E 60% das matrículas atuais estão em instituições privadas com fins lucrativos.

✓ O Censo 2022 aponta ainda que, 15% dos ingressantes (703 mil) e 24% dos concluintes (313 mil) são de instituições sem fins lucrativos. Esses resultados sugerem uma possível perda de força dessas instituições nos próximos anos, sinalizando um alerta sobre a sustentabilidade deste modelo educacional.

✓ O Ensino a Distância (EaD) deve priorizar a qualidade e o projeto pedagógico utilizado na formação, definindo claramente seu modelo de negócio. É importante distinguir se o foco está apenas na escalabilidade, ou seja, a atração de alunos ou na oferta de um ensino de qualidade e diferenciado, especialmente em situações em que o ensino presencial não é viável

✓ O planejamento de longo prazo do PNE, para o período de 2024-2034 é desafiador, pois as instituições universitárias atuam com um projeto pedagógico que foca para cinco anos. Uma revisão periódica do PNE seria importante para manter o foco e adaptá-lo às mudanças sociais e educacionais.

✓ As instituições comunitárias têm um papel importante na educação escolar indígena. Destaque quanto à necessidade de discutir formas de financiamento que permitam maior acesso à educação superior para alunos de baixa renda. A Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) tem 7.500 estudantes e 400 desses são estudantes indígenas.

✓ Importante revisar o processo de financiamento para alunos com dificuldades financeiras e a necessidade de instrumentos eficazes para facilitar o acesso para aqueles com condições inadequadas para pagamento de altas mensalidades.

✓ Ao tratar todas as instituições de ensino como um conjunto único no PNE, corre-se o risco de perder a especificidade e a ação estratégica que poderiam ser adotadas para melhorar o acesso à educação de maneira mais direcionada.

✓ O PNE anterior priorizou metas numéricas de acesso, mas o novo PNE deve focar na qualidade da educação, com um sistema de acesso ao ensino superior que exija nota mínima, garantindo qualificação sem comprometer a inclusão.

✓ A qualificação docente é essencial, como observado nos sistemas educacionais bem-sucedidos da Finlândia e Suécia. Priorizar a formação de professores e áreas fundamentais, como matemática e línguas, pode melhorar a qualidade da educação. O PNE deve promover mais confiança entre professores e instituições, reduzindo a regulação burocrática para focar na formação qualificada dos alunos. Integrar a educação ao setor de tecnologia e inovação, com a contribuição de instituições comunitárias, é crucial para o desenvolvimento tecnológico e científico do país, além de expandir o uso da inteligência artificial na educação.



SENADO FEDERAL

✓ A expansão do ensino superior deve ser associada à qualidade, e o financiamento deve ser equitativo, com base na meritocracia e nos resultados obtidos pelas instituições.

Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)

Principais tópicos abordados pelo convidado:

✓ Representa 69 universidades federais, com cerca de 300 campi interiorizados, e reforça a importância da discussão sobre a educação superior pública.

✓ As universidades públicas são fundamentais na formação de profissionais e recursos humanos qualificados, tanto na graduação quanto na pós-graduação, além de serem essenciais na produção de ciência de qualidade. O investimento permanente nas universidades, assim como na educação superior de maneira geral, fará uma inserção cada vez mais qualificada do Brasil na geopolítica global.

✓ As universidades são responsáveis pela ciência e pela formação de jovens, devendo receber atenção contínua para garantir políticas de inovação e extensão. Elas representam cerca de 1,4 milhão de matrículas, graduação e pós-graduação – mestrado e doutorado, em um cenário total de 9 milhões no ensino superior brasileiro.

✓ O PNE precisa ser uma política de Estado, com coordenação entre diferentes iniciativas governamentais, para que as metas sejam cumpridas.

✓ A coordenação nacional é essencial para a orientação sistêmica e implementação das políticas educacionais, especialmente em um país federativo como o Brasil, onde há múltiplas responsabilidades locais.

✓ Os principais desafios da educação superior no Brasil incluem crescimento da matrícula, qualidade e financiamento, acesso e inclusão e predominância de instituições com fins lucrativos, e precisam ser abordados no novo PNE.

✓ O crescimento das matrículas no ensino superior deve ser sustentado, e atenção especial deve ser dada à educação básica, para que mais estudantes completem o ensino médio e ingressem no ensino superior. É necessário ampliar o acesso à educação superior, especialmente para os grupos socioeconômicos mais vulneráveis, enfrentando a limitação de vagas nas universidades públicas e a alta competitividade dos exames de entrada.

✓ A queda do bônus regional prejudica a política de interiorização das universidades federais, afetando estudantes de regiões mais remotas.



SENADO FEDERAL

✓ Há necessidade de melhoria na eficácia educacional, e políticas para combater a evasão são essenciais, incluindo apoio financeiro e currículo atualizado. É essencial ter iniciativas para enfrentar a questão da evasão de forma consistente no longo prazo.

✓ Se faz necessário repensar a avaliação das instituições de educação superior de maneira geral e da sua graduação, focando tanto em processos quanto em resultados, e garantindo uma regulação eficiente. A integração de disciplinas e a reforma curricular são necessárias para garantir que os cursos estejam alinhados com as demandas sociais e econômicas.

✓ O financiamento das universidades públicas deve ser reestruturado para atender às novas demandas, pois o orçamento discricionário tem sido insuficiente. Em 2014, o orçamento discricionário das universidades federais era de pouco mais de R\$ 8 bilhões; em 2024, caiu para R\$6,5 bilhões, apontando déficit de recursos nesses 10 anos, apesar do aumento nas matrículas, pós-graduação e pesquisas. O orçamento das universidades é vulnerável a negociações políticas, sem critérios claros, afetando sua sustentabilidade financeira. É necessário um orçamento de cerca de R\$10 bilhões para a manutenção adequada e mais autonomia financeira para gestão eficiente. As práticas sustentáveis e inovadoras nos currículos devem ser incentivadas para enfrentar os desafios culturais, econômicos e sociais.

✓ As universidades não podem ignorar o debate sobre digitalização e inteligência artificial, sendo necessário integrá-los ao processo educacional.

✓ O PNE deve ir além de um documento burocrático inspirando mudanças reais, abordando as desigualdades sociais e educacionais.

✓ Necessidade de um sistema de governança baseado em dados e evidências, para ajustar políticas e o bom funcionamento do sistema educacional.

SUZIMEIRE da Bahia

Como as escolas podem contribuir para o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024?

ERLENYA do Rio de Janeiro

Como o Plano pretende oferecer educação inclusiva para pessoas com necessidades especiais?

GABRIELLA de Minas Gerais

O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior teve apenas 4 das 20 metas cumpridas. De que forma podemos mudar esse quadro no novo Plano Nacional de Educação (PNE)?

VITÓRIA do Piauí

As disciplinas de português, matemática, história e geografia terão a carga horária aumentada?

PERGUNTAS

ANDERSON do Distrito Federal

O desenvolvimento da educação nos próximos 10 anos passa, necessariamente, por um maior acesso ao transporte escolar. Isso faz parte do debate?

ALYNE da Bahia

Por que não consta no novo Plano Nacional de Educação (PNE) qualquer menção a educação hospitalar e domiciliar?

BRITNEY de São Paulo

Como o plano pretende lidar com a questão da formação e valorização dos professores, que são fundamentais para a qualidade da educação?

THAYNARA de Minas Gerais

Como o novo Plano Nacional de Educação (PNE) garantirá equidade e inovação educacional, especialmente em regiões menos favorecidas?

MILENA do Rio Grande do Sul

Quando teremos a inclusão da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras), nosso segundo idioma oficial, em todas as escolas brasileiras?